

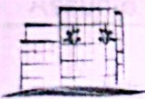


ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Câmara Municipal de Itaguaí

Distribuição

Processo n.º:



Câmara Municipal de Itaguaí - Itaguaí - RJ
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000286

COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12024/05/13000286

Número / Ano	000286/2024
Data / Horário	13/05/2024 - 13:49:46
Ementa	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE MONITORAMENTO AÉREO DE FOCOS DE DENGUE NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
Autor	Jocimar do Cartório
Proposição enviada por	Marcos Santos (34970)
Natureza	Legislativo
Tipo Matéria	Projeto de Lei
Número Páginas	4
Número da Matéria	30
Emitido por	34970



PROJETO DE LEI N° _____ DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE MONITORAMENTO AÉREO DE FOCOS DE DENGUE NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Monitoramento Aéreo de Focos de Dengue no município de Itaguaí.

§ 1º - O Programa de Monitoramento Aéreo de Focos de Dengue tem como objetivo principal utilizar drones para identificar possíveis focos de reprodução do mosquito *Aedes Aegypti* em Terrenos do município.

§ 2º - Para efeitos desta Lei, entende-se por drone o veículo aéreo não tripulado e controlado remotamente.

§ 3º - Na utilização de ações de combate à dengue o equipamento deverá identificar possíveis criadouros do mosquito *Aedes Aegypti* em locais onde não seja permitida qualquer visualização aos agentes de controle, tais como, entre outros:

- I. Terrenos com frente murada;
- II. Imóveis abandonados;
- III. Imóveis sem moradores.



Artigo 2º - Fica o Município de Itaguaí, através de seus órgãos competentes, encarregado de conseguir as autorizações para o uso de tal equipamento junto aos órgãos Estaduais e Federais, tais como a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Artigo 3º - Após a localização dos criadouros do mosquito Aedes Aegypti pelos drones, o proprietário do imóvel será identificado e intimado a realizar as adequações necessárias para eliminar o risco de reprodução do mosquito.

Artigo 4º - Os órgãos responsáveis pela execução do programa e gestão de imagens são:

- I. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- II. A Secretaria Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana;
- III. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e planejamento;
- IV. A Secretaria de Saúde.



Parágrafo Único - Fica expressamente vedado aos observadores e administradores utilizar qualquer recurso tecnológico que faça parte do sistema de monitoramento aéreo para benefício próprio ou de pessoas de sua convivência, obrigando-se a preservar a privacidade de toda e qualquer pessoa física ou jurídica.

Artigo 5º - O Município de Itaguaí poderá utilizar os drones em outras ações de interesse público, a serem definidas por Decreto, como:





I. — Fiscalização de terrenos com mato alto,

II. — Fiscalização de terrenos com obras irregulares;

III. — Fiscalização de locais com atividades ilícitas.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jocimar do Nascimento

Vereador





JUSTIFICATIVA

A dificuldade de acesso em determinados imóveis para averiguação de focos da dengue em Itaguaí tem contribuído para a proliferação do mosquito transmissor da doença. As áreas de difícil acesso, como terrenos baldios e locais abandonados, muitas vezes passam despercebidas durante as inspeções tradicionais de combate à dengue.

A utilização de drones para sobrevoar essas áreas e identificar potenciais criadouros do mosquito é uma abordagem inovadora que pode aumentar significativamente a eficiência das ações de prevenção e controle. Além disso, a tecnologia dos drones permite uma cobertura mais ampla e rápida do território, possibilitando uma resposta mais ágil às notificações de casos de dengue e uma intervenção precoce para evitar a propagação da doença.

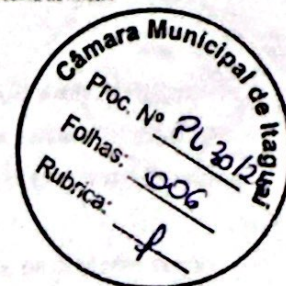
Isso é especialmente importante em um contexto onde a rapidez na identificação e no controle dos focos de infestação pode ser crucial para conter surtos e epidemias. Portanto, ao estabelecer um marco legal que autorize e regule o uso de drones nas atividades de combate à dengue, o município de Itaguaí está demonstrando sua capacidade de adaptação às novas tecnologias e seu compromisso com a saúde e o bem-estar de sua população.

Investir em soluções tecnológicas inovadoras não apenas fortalece as estratégias de controle da dengue, mas também reforça a posição de Itaguaí como uma cidade comprometida com a proteção da saúde pública e o desenvolvimento sustentável.





Projeto de Lei nº 030/2024



PARECER JURÍDICO

1 - HISTÓRICO

Trata-se de parecer previsto no art. 184, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis sobre exame prévio de constitucionalidade do Projeto de Lei que **"Dispõe sobre o programa de monitoramento aéreo de focos de dengue no Município e dá outras providências"**, proposto pelo Excelentíssimo Vereador Sr. Jocimar Pereira do Nascimento.

O Projeto requer, em linhas gerais, aumentar a eficiência das ações de prevenção e controle no combate à dengue.

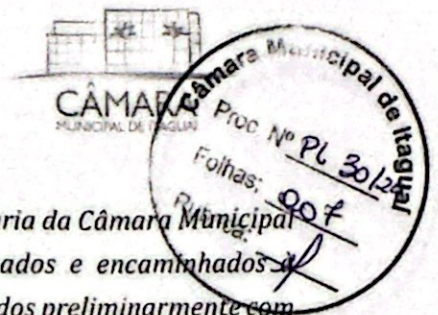
Outro aspecto destacado é que utilização de drones permite uma cobertura mais ampla e rápida sobretudo em locais de difícil acesso para averiguação de focos de dengue, possibilitando assim uma resposta mais ágil às notificações de casos de dengue evitando assim a propagação da doença.

Outra diretriz do projeto, é capacidade do Município de Itaguaí se adaptar às novas tecnologias, asseverando que o investimento em soluções tecnológicas não só fortalece as estratégias de controle da referida doença como também reforça a posição de Itaguaí como uma cidade comprometida com a proteção da saúde pública e o desenvolvimento sustentável.

Lido e analisado o referido projeto, passamos a opinar em caráter estritamente técnico, sendo competência plenária a discursão de mérito.

2- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Preliminarmente, trazemos aos autos processuais, o que narra o Regimento Interno quanto à Tramitação dos Projetos de Lei:



Art. 184. Os projetos apresentados na Secretaria da Câmara Municipal serão protocolados em livro próprio, autuados e encaminhados à Procuradoria Jurídica para que sejam instruídos preliminarmente com informação de caráter técnico, jurídico e opinativo.

§1º Após serem instruídos pela Procuradoria Jurídica, os projetos serão incluídos para leitura nos expedientes recebidos e despachados de plano pelo Presidente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para se manifestar quanto aos aspectos regimental, legal e constitucional e, posteriormente, às demais comissões permanentes, quando for o caso.

§2º As comissões, em seus pareceres, poderão oferecer substitutivas ou emendas.

*§3º Para instruir os projetos sujeitos à sua apreciação, a Procuradoria Jurídica terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de protocolo na Procuradoria*

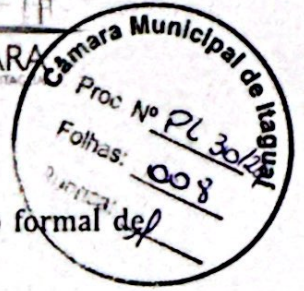
O projeto de lei proposto, sob a ótica jurídica, viola à regra constitucional da iniciativa do processo legislativo, o que representa indevida afronta ao princípio da separação dos poderes, eis que, a matéria proposta está abrangida pela competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, como dispõe o art. 77, III, da Lei Orgânica Municipal, abaixo transcrito:

Art. 77 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

III - criação, estruturação e atribuições das secretarias, departamentos ou diretorias equivalentes e órgãos de administração pública;

A proposição prevê que as Secretarias Municipais de Obras e Urbanismo, Ordem Pública e Limpeza Urbana, Meio Ambiente e Planejamento e Saúde serão responsáveis pela execução do programa e gestão de imagens, ou seja, cria atribuição para Administração Pública, invadindo atos de planejamento, direção, organização e execução de atividades da administração pública, cuja iniciativa legislativa é reservada privativamente ao Chefe do Poder Executivo.



Dá simples leitura em seu texto, é possível constatar o vício formal de iniciativa na norma proposta.

Outro aspecto, é que o presente Projeto de Lei causará aumento nos gastos da Administração Pública, todavia não indica a fonte de custeio, eis que a mera indicação no texto legal de que "as despesas com a execução desta lei correrão, por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário" não cumpre com a exigência legal.

Por esse motivo, vislumbram-se violações ao Princípio da Reserva da Administração e da Separação dos Poderes.

O presente projeto de Lei usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo, sendo, portanto, inconstitucional sob o aspecto formal.

O Exmo. Vereador, ao propor o presente Projeto de Lei infringe uma das competências de iniciativa exclusiva do Prefeito.

3 - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto acima, conclui-se que a matéria ora versada pelo Projeto Lei, não possui condições legais para prosseguir por existente o flagrante vício de iniciativa, **opinamos pela inconstitucionalidade** da propositura do Projeto de Lei em análise.

Este é o parecer que submetemos à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

Itaguaí, 20 de maio de 2024.

Camilla Kyanne P. Lambão
Camilla Kyanne Pinheiro Lambão
Subprocuradora de Processos
OAB/RJ 210.245 - Matr. 35.038